

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 38

Francisco Fernando da Encarnação Dias
António
DM

Aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em terceira reunião da sessão ordinária de Dezembro, sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Primeiro e Segundo secretários eleitos e com a presença dos vogais José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, José Carlos da Silva Neves, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 17.00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos vogais Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candai, António Rocha Dias de Andrade, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Fernando dos Santos Manata, Manuel Simões Madail, António Norberto da Silva Correia, Amandio Ferreira Canha Júnior e Libério da Silva Santos.

De seguida, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de falta apresentados pelos vogais Joaquim Arnaldo Mendonça, Libério da Silva Santos, Manuel Simões Madail e José Fernando Betencourt que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra, o Presidente submeteu à votação as actas seguintes:

ACTA Nº 25 - Aprovada por dezasseis votos a favor e cinco abstenções.

ACTA Nº 26 - Acta correspondente ao dia um de Junho do ano findo,, cuja reunião não se efectuou por falta de quorum.

Entretanto deu entrada na sala o vogal Manuel Gaspar Fernandes.

ACTA Nº 27 - Aprovada por dezassete votos a favor e cinco abstenções.

.2.
Armando Vieira
Armando Vieira

ACTA Nº 28 - Aprovada por dezasseis votos a favor e seis abstenções.

Submeteu de seguida à votação o haver ou não período de antes da ordem do dia, tendo o mesmo merecido aprovação por maioria de quinze votos.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomando a palavra, o vogal Armando Vieira começou por manifestar a sua surpresa bem como da população da Freguesia de Oliveirinha ao tomar conhecimento de uma atitude da Câmara Municipal no que respeita ao Ciclo Preparatório, dito de Oliveirinha e assim chamado desde há vários anos. Referiu de seguida que tem mantido a Junta de Freguesia de Oliveirinha um tratamento civicamente correcto e respeitador, tratando todos os assuntos com qualquer dos membros da Câmara de forma que referiu, demonstrando ser pacientes e compreensíveis quando são confrontados com a indicação das dificuldades com que a Câmara se debate para executar os seus Planos de Actividades, mesmo com os prejuízos daí derivantes para a Freguesia de Oliveirinha.

Salientou, pois, que é surpreendente que, relativamente a um dos projectos que desde há vários anos tem constituído uma luta da população de Oliveirinha, concretamente o projecto de construção do Ciclo Preparatório na sua zona territorial, projecto que obteve o apoio unânime da Assembleia Municipal desde o seu aparecimento, bem como da Câmara Municipal, entusiasticamente defendido pelo Dr. Girão Pereira nesta Assembleia, se tenha tido conhecimento de que esta obra, que deveria ser construída em Oliveirinha, estaria a ser desviada para outra Freguesia.

Assim, perguntou com que direito e a que propósito de pretende alterar a localização de um projecto que teve desde sempre reservada em Oliveirinha uma área de terreno para a sua construção, pelo que considera grave o que se está a passar em redor do processo do Ciclo Preparatório de Oliveirinha.

A concluir declarou que as suas palavras nada têm de política mas apenas deixam transparecer os seus sentimentos que naturalmente correspondem ao sentir da população de Oliveirinha, pelo que espera venha a ser feita justiça em relação à questão que defendeu.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Mesa para sugerir ao vogal Armando Vieira que se pronunciasse com maior clareza sobre a questão na medida em que, quer através do previsto no Plano quer pelo empenhamento que a Autarquia sempre tem colocado no sentido da construção da escola preparatória em Oliveirinha, há todo o interesse em dissipar quaisquer dú-

vidas sobre as afirmações feitas quanto à tentativa de transferência para outra Freguesia do Concelho.

De novo no uso da palavra, o vogal Armando Vieira começou por dar nota de que é prática corrente da Câmara Municipal não ouvir nunca o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha quando trata de assuntos relacionados com aquela freguesia, dando-lhe conhecimento dos factos, apenas depois das resoluções tomadas, atitudes que não se aceitam, porque representam falta de consideração e de respeito pela População da Freguesia.

Relativamente ao tema anteriormente focado, declarou que há conhecimento da visita ao Concelho de Técnicos ligados ao Ministério da Educação quando tal visita deveria ser orientada para Oliveirinha no sentido de analisar as possibilidades existentes, que são muitas em sua opinião. Contesta, portanto, que tenham sido apresentados outros locais noutras freguesias para obviar a que essa obra fosse construída na Freguesia de Oliveirinha.

Mais uma vez lamentou o que se está a passar, depois dos apoios que sempre foram dados ao projecto do Ciclo de Oliveirinha quer pela Assembleia, quer pela Câmara, quer pelo Presidente da Câmara pelo que, pela justiça da luta e por todas as razões já invocadas, será justo que a obra seja feita no local inicialmente designado ou noutro que melhor sirva os objectivos.

Entretanto deu entrada na sala a vogal Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano.

Usou de seguida da palavra o Presidente da Câmara para se pronunciar sobre a questão levantada que, de facto, começa a ser muito agitada.

Assim, deu nota de que a Câmara reservou um terreno para a implantação do Ciclo em Oliveirinha porque era a zona prevista para o efeito, tendo-se conseguido a sua inclusão no Plano quadrienal da Direcção - Geral dos Equipamentos Educativos, que recentemente informou o seu arranque através de Técnicos seus que se deslocaram a Aveiro munidos de Plantas como alternativas porque estavam informados pelos Serviços Agrícolas que os terrenos reservados pela Câmara eram de primeira qualidade. Deu nota ainda de que a função que a Câmara exerceu foi apenas a de acompanhar a referida equipa de Técnicos na visita por eles efectuada a vários locais tidos como alternativa, nomeadamente ao Picôto, à Moita, a Eixo e às zonas periféricas de Oliveirinha, S. Bernardo e Aradas, não havendo portanto qualquer atitude contraditória nem segundas intenções por parte da Câmara que sempre entendeu que a zona desportiva de Oliveirinha seria o complemento da Escola.

Como medidas concretas, entende que a Câmara deve acompanhar mais de perto o processo, já que lhe foram solicitados alguns elementos, no-

meadamente plantas de zona do Vale Rendeiro em S. Bernardo, sugerindo também que se promovesse uma deslocação a Coimbra à Direcção - Geral dos Equipamentos Educativos, para que, Câmara e Junta de Freguesia se informassem sobre o que de facto se passa com o processo.

Entretanto abandonou a sala o vogal Fernando Tavares Marques.

Na sequencia da intervenção do Presidente da Câmara, o Vogal Armando Vieira reafirmou as suas anteriores lamentações por se verificar, como prática corrente da Câmara Municipal, o esquecimento sistemático da existência do Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha sempre que são tratados pela Câmara Municipal assuntos com interesse para aquela freguesia, atitudes que crítica, sob o ponto de vista da ética uma vez que representam o povo daquela zona.

Contestou de seguida as informações prestadas sobre a eventual proibição da Direcção Regional de Agricultura quanto à localização da Escola nos terrenos colocados sobre reserva já que tem conhecimento da existência da aprovação de um projecto para uma moradia para um terreno que ladeia a reserva urbanística referida. Tal contestação reside não só no facto já descrito como também no facto de ser aquela zona propícia à construção sem quaisquer limitações.

A concluir declarou que, sem pretender polemizar a questão, pelo que representa a Freguesia de Oliveirinha para o centro do sul do Concelho, porque tem sido a Freguesia de Oliveirinha desde há vários anos a reivindicar a Escola, espera que seja feita justiça no tratamento do assunto.

Seguiu-se nova intervenção do Presidente da Câmara para referir que o organismo que emite parecer sobre pedidos de construção nas áreas agrícolas não é a Direcção - Geral dos Serviços Agrícolas mas sim o S.E.R.U.A.. Contudo, quando se trata de neutralização de grandes áreas, pensa que haverá naturalmente a intervenção dos organismos competentes do Estado.

No caso concreto do processo da Escola, declarou que não há informações escritas das entidades agrícolas transmitindo à Direcção - Geral dos Equipamentos Educativos a inviabilização da construção da Escola na área reservada pelas razões anteriormente referidas.

Entretanto deu entrada na sala o vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Usou de seguida da palavra o vogal Carlos Jerónimo para, no seguimento da palavra do vogal Armando Vieira e do Presidente da Câmara, manifestar a sua surpresa pela informação de que haveria a possibilidade da transferência da Escola para S. Bernardo, onde nunca tinha sido prevista já que desde o início do processo se previu a sua localização em Oliveirinha, como po

Theins
5.

derá ser provado através do apoio prestado pelo Conselho Municipal que como consta dos seus pareceres, sempre tem alertado para a necessidade da escola naquela freguesia, zona bastante populosa do concelho de Aveiro.

Assim, deu nota de que como defensora dos interesses do concelho de Aveiro, deverá tomar providências no sentido da resolução do problema já que pensa não poderá deixar de apoiar uma freguesia do seu concelho na defesa de uma pretensão por si perfilhada durante tanto tempo e para o que procedeu à reserva de um terreno para o efeito.

Sobre a questão da defesa dos interesses do concelho de Aveiro, o Presidente da Câmara declarou que a Câmara assim está a proceder relativamente à escola. Manifestou, contudo, o seu receio, com algum fundamento, de que seja aproveitada a agitação que se vive em Aveiro para que a referida escola não seja instalada no seu concelho.

Tomando de seguida a palavra, o vogal Fernando Oliveira manifestou o seu agradecimento pela informação da adjudicação das obras de ampliação da escola de Vilarinho, o que significará o preenchimento de uma lacuna da Freguesia de Cacia que ficará com uma rede escolar primária suficiente para as suas necessidades actuais. Porém, no campo do ensino pré-primário há uma falta acentuada de instalações, carência que espera venha a ser colmatada.

Manifestou, ainda, a sua congratulação por ter sido comunicado o apoio ao processo de instalação de uma escola secundária em Cacia, processo que será iniciado no ano em curso.

No âmbito da sinalização luminosa, alertou para a necessidade de, serem tomadas providências definitivas quanto ao constante mau funcionamento dos semáforos de Cacia, que frequentes acidentes têm provocado, situação que se arrasta há tempo demasiado.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara fez algumas considerações acerca da problemática das escolas secundárias, salientando porém que não devem ser interpretadas erradamente as suas palavras. Declarou, contudo que, tal como procedeu quanto ao processo inerente à escola de Oliveirinha, também o fará quanto à escola de Cacia, apresentando ao Ministério da Educação a petição para que seja incluído no seu plano quadrienal o projecto de construção da escola Aveiro - Norte.

O vogal José Luis Cristo tomou a palavra para informar que o processo relativo à escola de Oliveirinha já estava em andamento antes da revolução democrática do "25 de Abril", processo desde sempre apoiado pela Câmara Municipal que preservou uma área para concretização daquele projecto.

Salientou, porém, que sendo embora da competência do Ministério da Educação a definição da localização das escolas, são as populações lo-

Shelley

cais que sentem as necessidades, pelo que terão que ter força política para ^{com} seguir fazer prevalecer, junto das entidades responsáveis, as suas opções, força política que lhe parece não existir no processo em apreço.

Em conclusão das considerações tecidas em torno da problemática da Escola de Oliveirinha e em complemento do compromisso assumido pelo Presidente da Câmara em diligenciar uma reunião em Coimbra com vista à análise do problema, foi estabelecido um consenso no sentido de que a deslocação a Coimbra se processaria na semana próxima por coincidir com a data estabelecida pela C.C.R.C. - Comissão Coordenadora da Região Centro, para a realização de uma reunião com a Câmara Municipal de Aveiro para analisar algumas questões relacionadas com a Escola Preparatória de Esgueira e com a Escola Preparatória de Oliveirinha.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à ordem de trabalhos: PONTO Nº 4 - APRECIACÃO DAS PROPOSTAS DE PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 1988.

- CONTINUAÇÃO

OBJECTIVO 04 - SAÚDE

Iniciado o período de apreciação, tomou a palavra o vogal Armando Vieira para salientar que a Junta de Freguesia de Oliveirinha considera que a construção de um edifício polivalente na sua área é extremamente necessário no qual se pretenderia instalar a sua junta de Freguesia, um Centro de Saúde e, ainda, algumas sedes de agremiações locais. Deu, ainda, nota de que existe uma boa possibilidade da Junta obter um apoio substancial para a construção do citado edifício desde que o projecto obdescesse às normas exigidas para os Centros de Saúde.

Sem contestar quaisquer medidas tendentes à construção de sedes de outras freguesias bastante carenciadas, manifestou as suas preocupações pelo facto de poder vir a ser perdido o referido apoio financeiro visto que ainda não tem conhecimento de que esteja sequer em execução o correspondente projecto, que urge de facto executar.

Foi de seguida submetido à votação o Objectivo 04 - Saúde tendo merecido aprovação por dezanove votos a favor, dois votos contra e duas abstenções.

OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

PROGRAMA 01 - HABITAÇÃO

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara declarou que o

Thermy
sujeito

ano de 1988 irá ser muito importante no campo da habitação, porque foi desblo-
queado o processo de Santiago que diz respeito à construção de 783 fogos e tam-
bém se iniciará a construção de habitações sociais nas freguesias rurais, cujo
projecto está em apreciação no I.G.A.P.H.E. cujos protocolos serão assinados
pelo Senhor Secretário de Estado da Habitação no dia 19 deste mês na Câmara Mu-
nicipal, convidando os deputados municipais a assistir ao acto.

Usou de seguida a palavra a vogal Maria Antónia Pinho e Melo para tecer algumas considerações sobre a problemática da habitação social, nomeadamente sobre a constatação feita pela Câmara Municipal de que é de facto uma das suas preocupações reconhecidas também pelo Poder Central.

Prosseguindo na sua intervenção, a vogal Maria Antónia Pinho e Melo referiu que " ... a localização da escola preparatória e secundária de Oliveirinha, que ao longo de vários anos tinha um terreno reservado para esse fim, onde o Sr. Presidente não permitiu qualquer tipo de construção, agora, inexplicavelmente, para os mais ineautos, aponta-se para que essa localização se afaste umas centenas de metros, galgando uma fronteira local. Já que na Assembleia anterior, de uma forma pouco democrática, para não classificar de uma maneira mais forte, o Presidente desta Câmara se recusou a dar as razões da mudança e a explicar e indicar-nos que tinha conhecimento, que hoje verificámos que já tinha antes do fim-de-semana, gostaria de declarar aqui que para nós se trata de razões de ordem política, visando já a próxima campanha eleitoral. Nessa altura vão as máquinas para a rua abrir buracos como é o caso da chamada piscina de Oliveirinha, começar obras de grande vulto sem os respectivos estudos de acordo com as entidades competentes como foi o caso da malograda passagem superior da " 25 de Abril ", que se encontra embargada há três anos, ou então vender terrenos para construções em altura em zonas vulneráveis como é o caso do edifício à entrada do recinto da Feira de Março esquecendo-se nessa altura de avisar o construtor que os andares inferiores do edifício iam ficar muito abaixo da estrada envolvente. É preciso haver pelo menos uma certa verdade na política. Já cá andamos há muitos anos e infelizmente esta Autarquia tem sido uma grande desilusão".

Solicitou de seguida alguns esclarecimentos sobre os terrenos que se pretendem adquirir com a verba de 40 000 contos inserida no Plano, bem como sobre o alargamento previsto da urbanização de Santiago e não só, perguntando se a Câmara já pensou na construção das respectivas ETARs que vão absorver os esgotos daquelas urbanizações.

Concluindo, salientou que aqueles projectos têm que ter princípio, meio e fim, devendo começar de preferência, pelo princípio.

No uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que

Albuquerque

" sobre esta ridícula intervenção da D^a Maria Antónia só queria tecer duas pala-
vras. Primeiro, a D^a Maria Antónia, como elemento mais antigo desta Assembleia,
devia saber e ser capaz de distinguir o Presidente da Câmara da própria Câmara.
O Presidente da Câmara quando está qui não é o Presidente da Câmara é a Câmara.
Talvez a D^a Maria Antónia seja capaz de vir a entender isto, será difícil. Acho
que não é eticamente correcto falar no Presidente da Câmara nestes termos. Eu re-
presento um Órgão de que o seu partido faz parte e que vota por unanimidade nor-
malmente aquilo que vem aqui.

É incoerente da sua parte, é ridículo e primário da sua
parte tal tipo de intervenção. É primário da sua parte, como mais antigo elemen-
to desta Assembleia, não saber que Santiago é uma expropriação do Estado e dizer
que é expropriação da Câmara. Eu acho que a política tem um mínimo de ética, de
dignidade, de consciencia e de conhecimento. Acho que um membro da Assembleia há
doze anos tem obrigação de saber algumas coisas que ainda não aprendeu e não tem
o direito de falar do Presidente da Câmara desta forma, e eu não lhe admitirei
muito mais nem lhe responderei mais a intervenções deste tipo. Olhe que a pisci-
na de Oliveirinha foi começada pela Junta de Oliveirinha, não foi começada pela
Câmara e o Sr. Presidente da Junta actual não tem que ver com o processo".

De novo no uso da palavra a vogal Maria Antónia Pinho e
Melo referiu que " quando se chama a atenção para o comportamento do Presidente
da Câmara não foi a Câmara em bloco que se negou a dar resposta às questões le-
vantadas aqui foi o Presidente da Câmara, Dr. Girão Pereira".

Em resposta à intervenção acima registada o Presidente da
Câmara disse que "o fanatismo é um mau conselheiro, mal vai o País se o Partido
que está no Governo encarnasse e governasse este País de acordo com esse fanatis-
mo, parece-me que é tónica política deste País".

Seguidamente, usou da palavra o vogal Carlos Jerónimo para
salientar o facto de, finalmente, o empreendimento de Santiago estar em fase de
arranque, que será uma boa contribuição para ajudar a resolução do problema da
habitação em Aveiro o qual não ficará todavia solucionado para os próximos anos
como terá afirmado o Presidente da Câmara, afirmações que para si significam
não acreditar na cidade e no concelho de Aveiro, que espera se venha a desenvol-
ver o suficiente para que torne irrisórios os 783 fogos que se vão construir.

Ainda relativamente ao empreendimento de Santiago perguntou
em que moldes será montada a estrutura técnica de fiscalização das obras, nomea-
damente se será através dos quadros técnicos da Câmara ou se já havia previsão or-
çamental para suportar os encargos resultantes da criação dos novos quadros, ten-
do o Presidente da Câmara informado de imediato que a solução encontrada tem por
base a criação de um Gabinete que prestará serviços de fiscalização à tarefa pois
os serviços técnicos da Câmara não têm estrutura capaz de exercer em paralelo as

X

tarefas inerentes ao funcionamento normal da Secção Técnica e o acompanhamento das obras. Informou, ainda, que os encargos resultantes da prestação dos referidos serviços serão suportados por uma rubrica específica, de despesas de comercialização e fiscalização existente nos programas de habitação social.

Prosseguindo na sua intervenção, o vogal Carlos Jerónimo salientou o erro existente no Plano e que consiste na previsão de construção de 200 fogos quando ainda se vai avançar para uma primeira fase de 60 fogos e já em 1987 constava a previsão de construção de igual número de fogos sem capacidade financeira para construir.

Relativamente ao programa de recuperação de imóveis degradados designado por P.R.I.D. perguntou se a Câmara considera a verba de 3 000 contos suficiente para dar reposta aos subsídios e apoios necessários para recuperar muito do património imóvel que se encontra em muito mau estado, especialmente nas zonas mais antigas, tanto mais que em 1987 tal acção tinha uma previsão orçamental de 6 000 contos, quer para o PRID quer para o apoio à recuperação de habitação degradada, acção que pensa deveria ser desencadeada dada a sua importância.

A concluir, salientou o desaparecimento de qualquer referência ao apoio ao cooperativismo habitacional, acção que sempre defendeu e que pensa deveria ser sempre encarada pela Câmara Municipal nos seus Planos de Actividades. Quanto às previsões para aquisição de terrenos para auto-construção e outros programas, chamou de novo a atenção da Câmara por lhe parecer incorrecto que resolva todos os problemas de aquisição de terrenos através da negociação pois pensa que, não recorrendo "aos comandos que a lei proporciona às Autarquias de expropriação de terrenos, não se conseguem obter preços vantajosos que possam reduzir os custos de uma questão tão importante como é a da habitação, numa cidade onde se afirma serem os terrenos muito caros. Assim, perguntou se a Câmara vai ou não lançar mão dos recursos que a lei lhe proporciona para tornar menos onerosos os encargos com a aquisição de terrenos.

De imediato, tomou a palavra o vogal Armando Vieira, para se reportar ao projecto de construção de habitação social nas freguesias e dar nota das dificuldades encontradas no âmbito das diligências já efectuadas para adquirir terrenos para aqueles fins, dados os preços elevados que se praticam no mercado, pese embora se trate de objectivos de carácter social, pelo que sugeriu à Câmara que se propusesse efectuar uma revisão da situação por forma a obterem-se os resultados desejados.

Usou também da palavra o vogal Jorge Nascimento para referir que a leitura das notas explicativas lhe suscita algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas pelo que solicitou esclarecimentos sobre a forma pela qual se determinou que em Aveiro há uma falta de 783 fogos. Outra questão aborda

Flóres
10.

da na nota explicativa refere-se ao empreendimento de Santiago, que se arrasta há anos, perguntando, neste caso, a que se deve a delonga referida no Plano.

Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre os projectos que se inserem no âmbito da celebração de eventuais contratos de desenvolvimento bem como em que freguesias se prevê venham a ser construídos os projectados 60 fogos inseridos nos programas de habitação social.

Ainda no uso da palavra, o vogal Jorge Nascimento manifestou frontalmente e no essencial a sua discordância às referências feitas pela vogal Maria Antónia Pinho e Malo, pese embora as respeite nomeadamente quando afirmou que esta Câmara de Aveiro não tem tido acção positiva e tem sido uma grande desilusão, só exercendo alguma acção nos períodos pré-eleitorais.

Porque no seu entender as entidades se qualificam boas ou más consoante as obras que realizam, as obras realizadas em Aveiro estão bem à vista, e a Câmara de Aveiro não desmerece o progresso que o concelho tem sentido, reconhecimento que o Senhor Primeiro Ministro ainda recentemente em visita a esta cidade não se escusou de referir em abono da Câmara, à qual designou de exemplar. Referiu, contudo, que não seria necessário que o fizesse porquanto a obra está à vista, dado que o concelho se revolucionou com esta Autarquia e constituiu um exemplo vivo a ter por todas as Câmaras do País, formulando votos para que as Câmaras geridas pelo PSD tivessem comportamento igual ao da Câmara de Aveiro, facto com que todos se congratulariam.

A vogal Maria Antónia Pinho e Melo, solicitando o direito de resposta, deu nota de que também respeita as opiniões emitidas, tal como respeita todas as opiniões mesmo as do Presidente da Câmara que parece não respeitar as opiniões dos membros desta Assembleia. Salientou porém que não poderão pensar nem apreciar todos da mesma maneira o trabalho da Câmara ou o trabalho e a actuação dos elementos do CDS porque senão teria o País ficado no 24 de Abril e todos seriam hoje militantes do CDS.

Prosseguindo na sua intervenção, o vogal Jorge Nascimento abordou a questão das aquisições de terrenos para, depois de tecer algumas considerações de ordem jurídica, concluir que as formas adoptadas pela Câmara nos processos de aquisição de terrenos têm sido correctas na medida em que o próprio Código das Expropriações refere que ao proprietário é devida justa indemnização que não é mais do que o valor real do bem quer seja pela negociação amigável quer seja pelo processo de expropriações. Mais referiu que a forma de obter os terrenos seguida pela Câmara terá na maior parte dos casos contribuído para que os preços praticados sejam mais baixos do que se conseguiriam através da expropriação.

O vogal Carlos Jerónimo usou de novo da palavra para referir que com a sua anterior intervenção não quis dizer que não devesse ser pa-

11.
Frederico
Frederico

go um preço justo pelos terrenos de que a Câmara necessita especialmente para a habitação, apenas poderá haver divergências quanto ao que será um preço justo, manifestando as suas dúvidas para não dizer que tem certezas de que efectivamente a Câmara, em negociação amigável, não terá obtido preços mais favoráveis do que se optasse pela expropriação. Outro facto que assinalou tem que ver com os critérios seguidos pela Câmara que, por serem do conhecimento geral, faz com que ninguém se sinta minimamente forçado a negociar um preço mais favorável à Câmara porque esta não expropria.

A concluir, salientou que não haverá razões para que a Câmara não opte pela expropriação já que a própria lei garante a qualquer proprietário o pagamento de terrenos por um preço justo.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara achou curioso que, chegados ao Objectivo da Habitação, tenham surgido determinados ataques à Câmara, o que demonstra que a realização dos 989 fogos é importante, empreendimento que nenhuma Câmara do País conseguiu aquilo que a Câmara de Aveiro conseguiu. Considerou, portanto que, do ponto de vista político, este empreendimento doeu a algumas pessoas, reflexão que faz depois do que aconteceu na presente reunião.

Considera, ainda, que o êxito obtido pela Câmara está na sequência lógica das preocupações da Câmara e na sequência de uma forma de colaboração correcta e directa com a Administração Central, parecendo que alguns membros desta Assembleia estão esquecidos de que a Câmara de Aveiro entrou no processo para impedir que este Governo tivesse que pagar uma indemnização de 500 000 contos por incumprimento de contratos estabelecidos com uma empresa construtora.

Manifestou a concluir o seu contentamento por se ter conseguido que o bonito empreendimento de 989 fogos seja realizado em Aveiro apesar de ter havido quem na Administração Central tentasse, vergonhosamente, impedir que tal se viesse a concretizar.

Entretanto deu entrada na sala o vogal Rogério da Silva Leitão.

Abordando, de seguida, algumas questões levantadas, o Presidente da Câmara deu nota de que não se tem enveredado pelo processo sistemático da expropriação por ser, muitas vezes, uma forma de conflitos sociais, ressaltando contudo que a Câmara não deixará de as fazer sempre que tal seja necessário.

Informou, ainda, que as previsões apontam para que o empreendimento habitacional que se vai construir contribua para a resolução dos graves problemas de habitação para os próximos cinco anos, dando nota de que tais previsões assentam no trabalho desenvolvido com o levantamento rigoroso das

situações de carência, sendo certo que o problema terá que continuar a ser considerado nos programas de acção da Câmara.

Relativamente à problemática das infraestruturas, considera evidente que num investimento do género aquelas acompanhá-lo-ão, não serão realizadas previamente, considerando também que é uma situação que todos veem e conhecem, só não sabe e não vê quem não quer ou quem está de má-fé.

Usou também da palavra o vereador Dr. Pires dos Santos para prestar alguns esclarecimentos sobre a temática da habitação, informando que de facto o programa previsto para a construção de 206 fogos nas zonas periféricas da cidade, nomeadamente das freguesias mais afastadas não se iniciou no ano transacto porque só muito recentemente foram concluídos os protocolos a celebrar com o Estado para a sua concretização, destacando, aqui, o empenhamento e a dedicação do Presidente da Câmara na busca das melhores soluções para o empreendimento. Mais informou que a redução das verbas para o programa de recuperação de imóveis degradados se deve ao facto de que não tem sido solicitado pedidos de financiamento por parte da população porque as exigências de enquadramento são bastante rigorosas.

Teceu também algumas considerações acerca da problemática da aquisição de terrenos através da expropriação, método não seguido pela Câmara porque se pretende respeitar o direito de propriedade conforme prevê o próprio Código de Expropriações que contém, segundo parecer do Tribunal Constitucional, medidas inconstitucionais por ser injusto e por não respeitar o direito de propriedade e o justo valor das propriedades.

Confirmando as dificuldades enunciadas pelo vogal Armando Vieira quanto às negociações de terrenos para construção de habitação social, manifestou a disponibilidade da Câmara em colaborar na procura das melhores soluções para atingir os objectivos referidos nas diversas freguesias do Concelho.

Teceu, a concluir, algumas considerações acerca da temática dos contratos de desenvolvimento a celebrar com empresas construtoras de habitação destacando que cabe à Câmara o papel fiscalizador e controlador aos níveis quer da construção quer da atribuição das próprias habitações destinadas à venda directa através dos processos existentes no âmbito da habitação social.

PROGRAMA 02 - PLANEMANTO URBANÍSTICO

Tomando a palavra a vogal Maria Antónia Pinho e Melo começou por referir que, " Só agora, decorridos doze anos, se lembram que uma Câmara, capital do distrito, ligação à Europa, polo de atracção de populações, precisa de um Plano Director Municipal. Só agora se pergunta que economia para Aveiro, que indústria para Aveiro, como defender solos agrícolas, que futuro

13.
Therese

para a zona lagunar. Não queiram co-responsabilizar-nos pelos erros de doze anos. Nunca nos ouviram; nunca aceitaram os nossos argumentos; nunca votaram as nos sas propostas mesmo quando lhes reconheciam o mérito. Muitas vezes nem nos respondem quando pedimos esclarecimentos. A crítica faz parte da democracia e quem faz política sabe que a sua actuação está sujeita a julgamento. Não nos devemos sentir intimidados e calarmo-nos porque isso não agrada ou porque nos levantam a voz. Estamos aqui de pleno direito, fazendo o trabalho para que fo mos eleitos e ninguém deve considerar rídículo esse direito que está consigna do na Constituição e que deve constituir, para quem já viveu muito tempo em ditadura, um grande motivo de orgulho que é o direito da livre expressão".

Seguidamente, o vogal Carlos Jerónimo, no uso da pala- vra, retomou argumentos feitos quando da análise às considerações introdutori as do Plano de Actividades.

O Planeamento Urbanístico continuará a avançar em solu- ções pontuais desinseridas da planificação que o Plano Director Municipal e o Ordenamento Concelhio proporcionariam. Por outro lado, as verbas previstas no Plano de Actividades para os vários projectos não se afiguram suficientes pa- ra os concretizar.

Salientou de seguida que as informações em tempos pres- tadas sobre a colaboração estabelecida entre a Câmara e a Universidade para o Ordenamento Concelhio não se confirmam pois parece que nada avançou nesse cam po porque tudo continua a zero.

Em resumo, considera que este programa demonstra clara mente que se vai continuar a implementar o crescimento sem se ter na necessá- ria conta o desenvolvimento, conforme já referiu no início da discussão do Plano.

Também usou da palavra o vogal Rogério Leitão para se re portar às referências que se fazem à ultimização do Plano de Urbanização de S. Jacinto e perguntar se aquele Plano virá a traduzir na realidade uma maior dis ciplina na construção a nível das freguesias rurais, medida de grande necessi- dade para o ordenamento do concelho que traduz portanto um motivo para regozí- jo.

Solicitou, de seguida, esclarecimentos relativamente ao programa de estudo de zona do Cõjo, estudo que imaginava já feito bem como o facto de que já existiram entidades interessadas na construção daquele Plano manifestando, a propósito, a ideia de que se deveriam sensibilizar os aveiren ses para investir na sua própria terra, pois pensa que talvez o Plano do Cõjo constitua uma boa oportunidade.

A concluir, entendeu oportuno lembrar, a propósito da revisão do Plano de Pormenor do Centro que tem certamente que ver com o tráfe

Almeida
Silva

go, com as vias de trânsito, parques de estacionamento entre outras situações a conveniência de ter Gabinetes ou Comissões apropriadas para cada finalidade nomeadamente a constituição de uma Comissão Municipal de Trânsito que estivesse perfeitamente integrada com os problemas de tráfego da Cidade, entidade essa que seria a indicada para apoiar a Câmara Municipal na elaboração de uma urbanização correcta.

Seguidamente, usou da palavra vogal José Luís Cristo para solicitar esclarecimentos à Câmara Municipal sobre cada um dos projectos inseridos no Programa do Planeamento Urbanístico porque entende que nem o preâmbulo nem a indicação de cada projecto são esclarecedores daquilo que está na mente da Câmara.

Quanto ao Plano Director Municipal perguntou se representa um novo plano em substituição do actual, mais perguntando se, relativamente nos Planos que a Câmara pretende levar a efeito, está a ser tido em consideração a área administrativa da Cidade de Aveiro tal como foi definida legalmente há mais de dez anos.

O vogal Joaquim Mendonça começou por apoiar o programa relativo ao Plano Director Municipal que realmente se impunha e que, portanto, se deseja que se implemente rapidamente e bem, já que, esperar mais, será proteger soluções. Contudo, confessa a sua surpresa quanto à verba inscrita para a sua concretização já que pensa que a sua insignificância não representa qualquer vontade de se avançar com o Plano que já tarda há muito tempo.

Solicitou, de seguida, esclarecimentos acerca dos Planos da Quinta do Simão, de Pormenor do Centro, nomeadamente quanto à sua localização e em que consistem as revisões aos mesmos, e em que zonas se pretende implementar o projecto do núcleo industrial de Aveiro - Sul.

Por fim, corroborando as considerações tecidas pelo vogal Rogério Leitão, manifestou a sua surpresa por ver incluído no Plano um projecto que visa a continuação do estudo da zona do Côjo na medida em que foi já aprovado nesta Assembleia tal estudo, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o referido projecto.

Tomou seguidamente a palavra o Vereador Dr. Pires dos Santos para prestar alguns esclarecimentos começando por refrir que seria desejável que o P.D.M. tivesse surgido há mais tempo mas é bom que o mesmo, ainda assim, surja pois o seu aparecimento significa que a Câmara e seus Técnicos têm grandes esperanças que proporcione o aparecimento de grandes soluções e não serão regateados esforços no sentido da sua correcta implementação. Salientou porém que o facto de só agora ter aparecido o P.D.M. não significa que não se tenham desenvolvido Planos de Pormenor devidamente inseridos no fundamental do planeamento urbanístico para que não venha o P.D.M. a ser afectado na sua ela-

Pinheiro.15.
[Signature]

boração, que também abordará a problemática da disciplina da expansão urbanística dos solos urbanos.

No que respeita ao estudo do Plano do Côjo deu nota de que surgiram dados novos que importa analisar, nomeadamente a parte respeitante à circulação viária, e também porque se trata de um Plano de grande volume que envolve grandes questões. Também informou que se pretende proceder a algumas correções ao Plano de Pormenor do Centro no sentido de o melhorar.

Após prestar diversos esclarecimentos, o Vereador Dr. Pires dos Santos, interpelado pela vogal Maria Antónia Pinho e Melo sobre o facto de se estar a proceder, indevidamente, a alterações a Planos de Pormenor já aprovados pela Assembleia Municipal, deu nota de que sempre que se executa um Plano o Órgão que o elaborou, desde que justificadamente, poderá proceder a alterações e posteriormente submetê-las à consideração da Assembleia Municipal, tendo o Presidente da Câmara acrescentado que por força da lei, os Planos de Pormenor devem ser revistos de cinco em cinco anos. Mais esclareceu que a filosofia do P.D.M. não tem nada que ver com o Plano Geral de Urbanização já que é um instrumento para a área administrativa da Cidade e o Plano Director terá que ver com a área administrativa Municipal, sendo o grande documento que, a partir dos Planos de Pormenor e Plano Geral integra os vários elementos e corporiza uma política e um modelo de desenvolvimento. Esclareceu que este P.D.M. surge um pouco na sequência da integração na Europa havendo apenas dois aprovados no País porque não há planos regionais de ordenamento do território facto que tem dificultado a elaboração de Planos Directores Municipais com todas as suas características locais inseridas no Plano Regional. Considera, ainda, que teria sido um erro clamoroso ter-se procedido à elaboração do P.D.M. há dez anos em Aveiro, tendo a Câmara desenvolvido Planos de Pormenor, o Plano Geral de Urbanização e procedido ao estudo de expansão dos aglomerados urbanos no concelho pretendendo, nesta altura, integrar todos aqueles estudos num único documento que é o Plano Director Municipal.

O vogal Carlos Jerónimo, na sequência das declarações prestadas pelo Presidente da Câmara, corroborou as suas anteriores considerações e preocupações por ainda não haver os chamados planos regionais de desenvolvimento e ordenamento do território e por só agora se avançar para a elaboração do P.D.M. porque o planeamento urbanístico também está desinserido de um plano que conjugue a inserção das indústrias com as zonas habitacionais e infraestruturas de apoio.

O vogal Armando Vieira considera que face ao estudo sobre a expansão dos aglomerados urbanos, a expansão da freguesia de Oliveirinha é bastante restritiva e causa graves problemas porque não surgem soluções alternativas que solucionem as questões de limitação de construção naquela freguesia,

16.

Abelino

onde urge criar novos polos de desenvolvimento e de novos aglomerados urbanos, para o que tem a respectiva junta algumas ideias sobre a problemática que terá que ser equacionada rapidamente face aos constantes apelos da população.

De imediato, o Presidente suspendeu os trabalhos para o jantar.

Eram 20.00 horas.

Pelas 21,30 horas o Presidente declarou reaberta a presente reunião verificando-se, no momento, as presenças dos Senhores Membros da Assembleia: Francisco Fernando da Encarnação Dias, Rogério da Silva Leitão, José Luís Rebocho de Albuquerque Cristo, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, António dos Santos Costa, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, ~~António dos Santos Costa~~, Elias de Oliveira Vieira, ~~António dos Santos Costa~~, Joaquim Arnaldo Ferreira Mendonça, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, ~~Manuel Rodrigues Simões~~, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Branco Pontes, António Norberto da Silva Correia e Artur ~~Artur~~ ~~Artur~~.

Verificaram-se as faltas dos vogais Albertino Moreira de Oliveira, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Vicente Ferreira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José Fernando Da Silva Caldeira Betencourt, Fernando dos Santos Manata, Manuel Simões Madail, Amândio Ferreira Canha Júnior e Libério da Silva Santos.

PROGRAMA 03 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O vogal Carlos Jerónimo tomou a palavra para lembrar que nada consta neste programa quanto à política de iluminação dos monumentos da Cidade, nomeadamente a estátua de José Estevão. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a inserção do projecto de iluminação do acesso do CIFOP porque sempre foram prestadas informações de que tal projecto é da competência da E.D.P. pelo que se estranha a sua aparição no Plano de Actividades da Câmara.

O vogal Armando Vieira, no uso da palavra, lamenta que nada conste neste programa quanto à iluminação das zonas rurais do Concelho, nomeadamente na freguesia de Oliveirinha nas suas artérias mais antigas e no largo da Feira onde se registam as maiores carências de iluminação, pelo que apelou à Câmara no sentido da revisão da situação.

Também usou da palavra o vogal Jorge Nascimento para perguntar se, face às informações prestadas quanto aos deveres EDP no campo da

Flóres

derações tecidas pelo vogal Armando Vieira sobre a questão do preço dos terrenos, solicitando esclarecimentos relativamente ao projecto da nova urbanização da Forca-Vouga, concretamente sobre o prazo de apresentação do mesmo à Assembleia Municipal para apreciação.

Porque da análise comparativa das verbas definidas no Plano do ano findo e no presente para a concretização dos diversos projectos de infraestruturas das urbanizações se pressupõem que algumas obras já tenham sido feitas, solicitou esclarecimentos sobre o que de facto já se executou e o que faltará ainda fazer.

Congratulou-se pelo facto de se encontrar definida uma verba significativa para a construção e pensa que também reparação de passeios não só na Cidade que bem precisa mas em todo o Concelho. Alertou também para a necessidade imperiosa de se proceder ao arranjo da zona envolvente da passagem inferior de Esgueira porque apresenta, para uma das entradas da Cidade, um aspecto paisagístico algo desmoralizador.

Abordando de seguida a questão inerente às infraestruturas do Conjunto Social do Caião, nomeadamente quanto às considerações tecidas nesta Assembleia pelo Presidente da Câmara quando afirmou que a Câmara não actua nem actuará nunca sobre pressão pela simples presença de um grupo de cidadãos do Caião nesta sala a fim de reivindicar a realização de melhoramentos naquela zona, reivindicação que esta Assembleia não permite que os cidadãos apresentem directamente, o vogal Carlos Jerónimo manifestou coerentemente o seu protesto pois se sempre tem defendido que Aveiro deve pressionar, com os meios que estiverem ao seu alcance, para que seja feita justiça àquilo que reivindica para a Cidade e Concelho, não pode deixar obviamente de considerar que os cidadãos têm o mesmo direito de pressionar a Câmara no sentido de verem satisfeitas as suas reivindicações.

Seguidamente, usou da palavra o vogal António Norberto Correia para alertar a Câmara para o facto da imperiosa necessidade de se concretizarem os arranjos exteriores dos Bairros Sociais do Caião e da Quinta do Grinê por muitos motivos mas principalmente porque se torna de facto quase impossível entrar naqueles Bairros e porque o ambiente também ajuda à degradação social. Espera, contudo, que as verbas definidas venham a ser reforçadas porque são de facto reduzidas para levar a cabo aquelas obras, reforço que espera venha a ser extensivo ao projecto do arranjo exterior da Igreja de Santa Joana que necessita de ser concluído.

Tomando a palavra, o Presidente da câmara referiu que a questão de fundo que está ligada aos problemas dos Bairros Sociais se prende com o facto de ser ou não dever da Câmara substituir-se ao Estado na execução das obras quando tais empreendimentos são da sua responsabilidade e quem arre-

*Frederico
Lopes*

cada as receitas provenientes das rendas.

Porém, a propósito de tais situações, informou que se obteve já a promessa da execução, nomeadamente através do IGHAPE, dos arranjos exteriores de toda a urbanização da Quinta do Griné ainda que tenha que ser a Câmara a elaborar os respectivos projectos. Saliu entretanto que não se reportou a qualquer pressão desencadeada por moradores do conjunto social do Caião mas sim de outro tipo de pressões a que a Câmara se recusa a estar sujeita, nomeadamente porque aquelas urbanizações são da directa responsabilidade do Estado que já deve aos cofres da Câmara cerca de cem mil contos.

Prestou também alguns esclarecimentos sobre a preocupação patente no Plano quanto à construção de novos passeios, equipamento de que a Cidade muito carece, fundamentalmente, por força do grande crescimento da Cidade, dando também nota de que se aponta para a abertura próxima do arruamento central da urbanização Sá-Barrocas obra que levará, naturalmente à reconversão do nó rodoviário situado junto do viaduto de Esgueira.

Esclareceu também que a verba de 40 000 contos se destina à aquisição de terrenos que permita o crescimento urbano, nomeadamente no que às vias de comunicação diz respeito nas novas urbanizações.

De novo no uso da palavra o vogal Carlos Jerónimo entende que a pressão das populações deve merecer alguma correspondência por parte da Câmara, porque sentem as dificuldades.

Pensa também que quando da visita dos membros e técnicos do Governo à cidade, lhes deverão ser colocados os problemas das urbanizações do Caião e do Griné sugerindo que na próxima reunião desta Assembleia o Presidente da Câmara transmitisse as conclusões da sua visita. Declarou de seguida que se porventura não forem dadas garantias suficientes quanto à reposição rápida pelo Estado das verbas dispendidas pela Câmara, apresentará proposta no sentido de que esta Assembleia Municipal tome uma posição de reclamação junto do Estado para que cumpra com as suas obrigações porque é de algum modo sobre esta Assembleia que se reflectem as pressões sentidas pelas populações.

O vogal Gaspar Fernandes perguntou se está prevista alguma acção para a construção de passeios no Bairro de Azurva dado que nem os moradores nem a Junta de Freguesia têm culpa do estado que ali existe tendo o Presidente da Câmara informado ser da responsabilidade dos respectivos urbanizadores a execução das correspondentes infraestruturas.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara entende que, sendo a Assembleia Municipal o representante directo do povo deveria, como prática salutar, emitir, autonomamente, opinião perante os Organismos da Administração Central, como apoio às posições e diligências que a Câmara vem tomando, com algumas limitações na sua capacidade de intervenção que poderia

Theilley
23.

ser apoiada pela legitimidade política que a Assembleia detém e que deve assumir e colocar ao serviço da população tanto mais que pensa que a Câmara não representa o banco dos réus numa Assembleia antes é um organismo que tem funções específicas e responsabilidades também próprias perante a Assembleia.

O vogal Armando Vieira tomou de novo a palavra para manifestar o seu apoio relativamente às considerações tecidas pelo Presidente da Câmara nomeadamente quanto à intervenção que a Assembleia deverá ter na vida da comunidade, dando de seguida nota de que só apoia o recurso às expropriações depois de esgotadas todas as formas de diálogo que deverão ser sempre desencadeadas com grande dinamismo e não estáticas para que as questões se resolvam rapidamente.

Também o vogal Carlos Jerónimo se manifestou aderente às considerações tecidas pelo Presidente quanto à forma de agir da Assembleia Municipal, nomeadamente quando afirma que deve esta Assembleia ser muito mais interventora na vida comunitária do que tem sido.

Porém, pensa que a responsabilidade máxima ou principal obviamente terá que pertencer à bancada maioritária que deveria apoiar a posição da Câmara propondo a esta Assembleia, tal como as outras bancadas o deverão fazer, a tomada de posição sobre o que de mais importante para o concelho se tratar.

O vogal Manuel Gaspar Fernandes, no seguimento das considerações tecidas pelo Presidente da Câmara, entendeu conveniente alertar a Assembleia para os graves problemas existentes no Bairro de Azurva, situação que só no local poderá ser analisada pelo que sugeriu que deveria esta Assembleia tomar posição sobre tal facto.

Imediatamente a seguir, depois de consenso estabelecido, foi o objectivo 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO submetido à votação programa por programa, tendo-se obtido os seguintes resultados:

PROGRAMA 01 - HABITAÇÃO - Aprovado por dezoito votos a favor, um contra e seis abstenções.

O vogal Carlos Jerónimo fez a seguinte declaração de voto: " Queria manifestar que me abstive apesar de me congratular, como já tive oportunidade de o dizer, com o arranque do projecto de Santiago por considerar que, apesar disso e porque se trata de um empreendimento grande mas que vem via Estatal, não são contemplados nesta rubrica apoios a formas cooperativas que surjam para além da " CHAVE " e que não houve garantias de que a aquisição de terrenos aqui prevista possa ser feita pela forma que proporcione terrenos mais baratos para a habitação ".

Também fez declaração de voto o vogal José Luis Cristo: "Votei a favor do programa de habitação social do Plano de Actividades deste

ano e formulo os mais sinceros votos no sentido de que não faltem forças à Câmara nem os apoios dos outros Organismos do Estado no sentido de se concretizar e consolidar este Plano".

PROGRAMA 02 - PLANEAMENTO URBANÍSTICO - Aprovado por dezassete votos a favor, três contra e cinco abstenções.

O vogal Carlos Jerónimo fez a seguinte declaração de voto: " Queria dizer que me abstive também neste programa pelas razões que tive a oportunidade de denunciar durante a discussão que se referem fundamentalmente ao comprometimento que se me afigura poderá vir a existir quanto ao Plano Director Municipal pelo avanço pontual de vários planos urbanísticos ".

Fez também declaração de voto o vogal Armando Vieira: " Abstive-me pela razão de que o planeamento urbanístico nada refere no que respeita ao Concelho rural na sua parte sul e nomeadamente à freguesia de Oliveirinha ".

O vogal José Luis Cristo fez a seguinte declaração de voto: " Apenas para sublinhar que é com agrado que vejo a inclusão no Plano da Câmara Municipal para o ano em curso, o início do Plano Director Municipal ".

PROGRAMA 03 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Aprovado por dezoito votos a favor, quatro contra e três abstenções.

A vogal Maria Antónia Pinho e Melo fez a seguinte declaração de voto: " Votei contra pelas razões que o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha vai indicar a seguir na sua declaração de voto embora tivesse timidamente posto a hipótese de uma abstenção por estar incluído no Plano à iluminação do acesso ao CIFOP que ponho em dúvida mas que espero venha a concretizar-se ".

O vogal Armando Vieira fez também a seguinte declaração de voto: " Votei contra porque, apesar das explicações do Senhor Presidente da Câmara que aceitamos e compreendemos, é uma lacuna este Plano não incluir nada que se refira, mais uma vez, ao concelho rural e mais uma vez à freguesia de Oliveirinha que tantas vezes tem lutado para que a sua feira seja devidamente iluminada ".

PROGRAMA 04 - URBANIZAÇÃO - Aprovado por vinte votos a favor e cinco abstenções.

Deu entrada na sala o vogal António Rocha Andrade, tendo saído o Presidente da mesa.

OBJECTIVO 06 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE - O Vereador Eng^o Vítor Silva procedeu à apresentação do objectivo dando referência especial à campanha de sensibilização que se vai lançar quanto à temática da higiene pública.

Felício
Silva

O vogal Rogério Leitão, porque considera ser um dos pontos mais urgentes para resolver no concelho na área da salubridade e saneamento, perguntou que acções pensa a Câmara desenvolver quanto aos esgotos dos resíduos do Matadouro, tendo o Vereador Eng^o Vítor Silva informado que a situação referida constitui de facto uma preocupação para a Câmara e Serviços Municipalizados tendo-se iniciado já um processo tendente à sua neutralização.

No âmbito do programa da higiene pública, o vogal Carlos Jerónimo solicitou alguns esclarecimentos sobre que equipamento se pretende adquirir, nomeadamente sobre viaturas e recipientes para a recolha de lixos que deveriam ter um aspecto um pouco mais atraente por pensar que seria esta uma das formas de evitar os vandalismos com o apoio da prevista campanha de sensibilização desde 1986 e ainda não se iniciou.

O vogal Jorge Nascimento alertou a Câmara para a necessidade de ser revista a periodicidade com a recolha dos lixos nas freguesias limítrofes da cidade já que o sistema actual é insuficiente para zonas que se situam nas proximidades da cidade.

O vogal Armando Vieira usou também da palavra para abordar a problemática da recolha dos lixos e reclamar para as freguesias rurais um tratamento idêntico ao reclamado pelo vogal Jorge Nascimento para as freguesias urbanas pese embora as populações rurais serem tratadas como cidadãos de segunda, pois ainda há zonas no concelho, nomeadamente na freguesia de Oliveirinha, onde não é feita a recolha uma vez por ano e com índices populacionais muito elevados.

Salientou pois que este é um dos aspectos em que mais critica a Câmara Municipal pois desde sempre tem reclamado que seja feita uma cobertura adequada de todo o concelho rural com contentores, mas verbas previstas para equipamento não garantem que seja já este ano que se possa ver o concelho devidamente equipado com contentores para que se possa fazer a recolha pelo menos uma vez por semana, tendo o vogal Fernando Oliveira corroborado as reclamações apresentadas quanto à necessidade de uma maior cobertura quer em equipamento quer na periodicidade das recolhas no concelho rural. Solicitou também que a viatura que se pretende adquirir para cobrir a zona da beira-mar pudesse vir a prestar serviço nas zonas do concelho com artérias de dimensões mais reduzidas, nomeadamente nos lugares de Vilarinho e da Póvoa.

O Vereador Eng^o Vítor Silva tomou a palavra para referir que as carências apontadas são preocupação que a Câmara procura anular consoante as suas capacidades financeiras dado que o equipamento em causa é de facto muito caro. Esclareceu, porém, que para o ano corrente se procederá à aquisição de uma viatura de características específicas para actuar em artérias de dimensões mais reduzidas bem como à aquisição de um outro tipo de equipa

mento adaptado à nova viatura.

No que se refere ao programa dos cemitérios, o vogal Armando Vieira reclamou, mais uma vez, o apoio da Câmara para as obras de recuperação dos cemitérios de Oliveirinha que a Junta de Freguesia pretende levar a efeito, tendo o vogal Manuel Gaspar Fernandes lembrado que seria conveniente não deixar protelar os acabamentos da capela do cemitério de Eixo que se pretende ver concluída ainda no ano em curso.

Entretanto abandonou a sala o vogal Artur José Lobo.

De imediato, foi o objectivo 06 - Saneamento e Salubridade submetido à votação tendo merecido aprovação por dezassete votos a favor e sete abstenções.

O vogal Armando Vieira fez a seguinte declaração de voto: " Abstive-me pelas razões que referi. Há pouco o Sr. Eng^o Vítor disse que, na medida em que iam substituindo por novos, os contentores velhos, depois de reparados, seriam colocados nas freguesias, referências de que já ouviu falar por três vezes; três vezes em que houve contentores novos para distribuir tendo ficado com a esperança de que alguns dos velhos seriam enviados para os cidadãos de segunda, que são os rurais, só que tal não aconteceu. É triste, quanto mais não seja para estender a rede. Eu compreendo que não tendo meios de recolha, a Câmara não pode estender a rede, mas pelo menos para melhorar a existente nomeadamente junto ao infantário da Freguesia, à zona de cafés da Gandara e a outras zonas onde a pressão é maior como a Igreja Paroquial.

OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL - O vogal Carlos Jerónimo tomou a palavra para solicitar esclarecimentos sobre o que representa o projecto de criação de Gabinetes de Protecção Civil e o que se pretende realizar com a verba prevista de cem mil contos, dúvidas corroboradas pelo vogal Rogério Leitão que também se reportou à problemática da protecção nos edifícios de maior porte para perguntar se porventura será uma das tarefas dos referidos Gabinetes.

O Presidente da Câmara esclareceu que o projecto de criação dos Gabinetes de Protecção tem em vista a política anunciada de protecção-Civil área em que foi solicitado pelo Governo algum apoio nomeadamente de instalações e equipamento, salientando portanto ter sido uma medida cautelar.

Submetido à votação, foi Objectivo 07 - Protecção Civil aprovado por vinte e três votos a favor e uma abstenção.

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO - Tomando a palavra o vogal Carlos Jerónimo retomou a sua proposta apresentada na introdução ao Plano e que consiste na realização de uma grande iniciativa que possa debater e apontar caminhos para o futuro de Aveiro não apenas nos aspectos económicos mas de tudo o que os aveirenses pretendem para Aveiro no futuro.

M. Leites 22.

Solicitou, de seguida, alguns esclarecimentos sobre o projecto de construção de um mercado na zona de Santiago, considerando que, dada a sua importância para a zona, deveria ser mantido em Plano o projecto de construção de um mercado na freguesia de Esgueira, zona com uma grande densidade populacional a justificar tal equipamento com alguma urgência. Fez algumas referências ao facto de nada constar quanto aos mercados quer de origem quer abastecedor, perguntando de seguida se houve qualquer indicação de que o novo centro de Exposições será de facto apoiado nomeadamente para que a sua localização venha a ser em Aveiro.

O vogal Jorge Nascimento reportou-se ao projecto do terminal T.I.R. que, segundo as considerações introdutórias, carece do apoio do Município, perguntando assim a quem cumpre o encargo da sua construção e quais as obras a desenvolver pelo Município no apoio àquele equipamento que presume seja da responsabilidade do Estado.

Relativamente ao projecto de apoio ao novo centro de Exposições perguntou qual é verdadeiramente o objectivo que se pretende atingir e em que medida se tem concretizado o referenciado dinamismo da Associação Industrial, bem como solicitou esclarecimentos sobre a incidência da verba definida para o projecto das zonas industriais, se porventura se destinada à urbanização da zona industrial existente ou se para aquisição de equipamento.

A concluir a sua intervenção, o vogal Jorge Nascimento abordou a problemática inerente às responsabilidades do Estado nomeadamente quanto ao dever de cumprimento da Lei do Orçamento para 1987, para dar nota de que o Município de Coimbra se propõe mover uma acção judicial no sentido de fazer cumprir aquela lei na parte que respeita ao pagamento de indemnização compensatória aos Municípios com transportes colectivos.

Embora pense que a Assembleia possa tomar qualquer outra iniciativa como a que já tomou, não lhe cumpre, por certo intentar acções judiciais, pelo que entende que esse papel deve ser desenvolvido pela Câmara por ser o Órgão que representa o Município do ponto de vista judicial, estando certo de que a Câmara não irá perder o ensejo de se associar à Câmara de Coimbra se acaso a recusa referida se vier a manter.

O vogal Rogério Leitão tomou a palavra para solicitar esclarecimentos sobre o que se pretende levar a cabo com a implementação do projecto de apoio a gabinetes de atendimento turístico, dado que o turismo tem agora em Aveiro uma Comissão Regional, apesar de já se ter reconhecido alguns inconvenientes para o Município por ter passado o turismo para o âmbito daquele organismo.

O vogal Joaquim Mendonça, no uso da palavra, reportou-se de igual modo ao projecto do terminal T.I.R., solicitando os esclarecimentos

Thelma 232
[Signature]

que a nota intridutória omite, ou que pelo menos não é esclarecedora no que res-
peita nomeadamente sobre quem impende a responsabilidade da sua concretização.

Seguiu-se a intervenção do vogal Rocha Andrade para solici-
tar esclarecimentos complementares sobre o terminal T.I.R., nomeadamente sobre a
sua localização.

Relativamente à temática do desenvolvimento industrial do
Concelho pensa que, embora não caiba directamente, em termos legais, aos Municí-
pios o impulsionamento financeiro do desenvolvimento económico da região, deverá
o Município de Aveiro retomar a política do incremento da zona Industrial de
Aveiro já que, depois de passada a época de crise da conjuntura económica do
País, se atravessa de novo uma fase expansionista propícia para o efeito, pese
embora que tenha de considerar as verbas definidas algo insuficientes para o es-
forço a ter no ano de 1988 para que efectivamente a zona industrial de Aveiro
tenha o seguimento que se perspectivava no seu arranque.

No âmbito da criação de novos mercados considera insufi-
cientes as verbas destinadas pois há que, num certo prazo, estudar efectivamen-
te uma real implantação de novos mercados face ao crescimento urbanístico do
concelho, quer seja nas freguesias rurais quer seja na parte urbana, manifestan-
do a sua esperança de que ao mercado Manuel Firmino venha a ser dada destinação
diferente da actual através das verbas definidas para o projecto de beneficiação
do mesmo.

O vogal Fernando Oliveira tomou a palavra para se reportar
ao projecto para o novo mercado de Cacia e considerar insignificante a verba des-
tinada para o efeito o que leva a pressupor que será um processo demorado em ex-
cesso face à situação caótica em que se encontra o actual. Solicitou pois que se
arranque rapidamente para a sua efectiva construção já que a junta de freguesia
pretende implementar um sistema bi-semanal de funcionamento acção todavia coar-
ctada enquanto se não construir o novo edifício.

O vogal Manuel Tavares Duarte solicitou esclarecimentos re-
lativamente ao projecto apresentado pela Junta de Freguesia de Esgueira para a
construção de um mercado naquela freguesia, perguntando se o mesmo estará inseri-
do no projecto referente a "Outros".

O vogal Armando Vieira congratulou-se por ver inserido no
Plano de Actividades um projecto para apoio a beneficiações na Feira de Olivei-
rinha, que tem muita importância não só para a freguesia como para o concelho e
para a região, quer em termos económicos quer pelas suas especificidades. Consi-
dera portanto que deverá a Câmara desenvolver estudos relativamente ao espaço da
feira, à problemática do estacionamento, e à criação de uma cintura de circula-
ção.

A concluir, manifestou a sua congratulação pela inserção

Frederico

no Plano, embora timidamente, do apoio ao novo centro de exposições, que consi-
dera de muita importância para Aveiro e que poderá vir a ser o salto qualitati-
vo que se deseja rapidamente para Aveiro. No entanto pensa que as verbas para
aquele fim são insuficientes comparadas com o que se tem lido relativamente à
Exponor, mas pensa de igual modo que se deverá lutar para que o novo centro
de exposições se venha a concretizar rapidamente.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Presidente da Câ-
mara para prestar alguns esclarecimentos, começando por dar nota de que, duran-
te o ano de 1988, perante a multiplicidade de problemas e solicitações, não se
avançou com qualquer referência ao início de novos mercados, mas para que se não
abandonasse a ideia procedeu-se apenas à referência dos estudos de implantação
tanto mais que a política de novos mercados estará inserida na actividade do PDM
para que, após um estudo rigoroso ainda não elaborado, se possa proceder à imple-
mentação correcta e criteriosa de novos mercados.

Entretanto deram entrada na sala o vogal Artur Lopes Lobo
e o Presidente da Mesa.

Teceu de seguida algumas considerações relativamente ao
"Mercado de origem", dando nota de que foi nomeada uma comissão a nível da CCR
do Centro para estudar o assunto relativo à sua localização.

Numa breve consideração, pensa que poderá ser errado lutar
para que tudo seja instalado no nosso concelho pois entende que o planeamento de-
verá ser feito por técnicos das entidades que têm competência para o efeito, con-
cretamente no caso em apreço pelas Associações da Lavoura que deverão definir
qual o melhor local para a sua instalação.

Salientou, de seguida, que as considerações feitas na nota
introdutória do Plano relativamente à temática de Aveiro ser a capital económica
da região centro estão na base da inserção do projecto de apoio ao novo centro
de exposições pois pensa que uma capital económica deverá ter direito às infraes-
truturas que alimentam a economia, pensando portanto que este deverá ser um cam-
po em que a Câmara de Aveiro terá que tomar posições extremamente claras para
que o equipamento não venha a ser desviado para Coimbra.

Quanto ao Terminal T.I.R. informou que não competirá à Câ-
mara a sua construção mas antes a uma empresa a constituir que será fortemente
dinamizada pela Câmara, sendo prova disso todas as acções já desenvolvidas no
sentido de fixar o terreno para o fim em vista, que se situará junto da fábrica
da Renault onde se instalará de igual modo o Terminal T.I.R. -

Relativamente à questão do não pagamento pelo Estado às
Autarquias que têm transportes públicos a indemnização compensatória deu nota de
que foi a Câmara de Coimbra a que abriu o processo de recurso mas que obteve a
solidariedade das restantes também afectadas pelo não pagamento das indemniza-
ções compensatórias.

Felipe

Após breve troca de impressões, foi o Objectivo 08 - Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público submetido à votação tendo merecido aprovação por vinte e dois votos a favor e quatro abstenções.

OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES

O Presidente da Câmara tomou a palavra para proceder à apresentação do Objectivo em análise, começando por dar nota da inclusão de um programa específico sobre a problemática do estacionamento em Aveiro, para o que mobilizou uma verba significativa que define a preocupação e uma certa prioridade para encontrar soluções para o problema sério que é o estacionamento, soluções que passam pela criação da Comissão Municipal de Trânsito e pela execução de um estudo a elaborar por um Gabinete especializado na matéria. Salientou, porém, que o ano de 1988 será mais virado para os estudos da questão pretendendo-se encontrar soluções pontuais de aproveitamento de pequenos espaços e correspondente aproveitamento.

Aberto o período de apreciação tomou a palavra a vogal Maria Antónia Pinho e Melo para solicitar alguns esclarecimentos relativamente às diferenças existentes entre as verbas definidas para o acabamento da 1ª fase e para o início da segunda fase da Rua da Pêga, que totalizaram 13 000 contos, e as verbas inseridas no projecto apresentado como candidatura aos fundos FEDER no valor de 66 100 contos, perguntando portanto porque se registam tais disparidades nas verbas apresentadas ou que se quererão dizer com as mesmas que a obra evoluirá em várias fases. Idênticos esclarecimentos solicitou quanto às diferenças registadas entre as verbas definidas em Plano (20 000 contos) e as referentes ao projecto candidato aos fundos FEDER, no valor global de 4 500 contos, para a conclusão do Centro Coordenador de Transportes.

Entretanto abandonou a Sala o vogal José Luis Cristo.

Ainda no uso da palavra a vogal Maria Antónia Pinho e Melo aproveitou a oportunidade para efectuar alguns esclarecimentos a dúvidas que se levantaram em relação a diversas estradas na zona de Aveiro referindo portanto que: " 1º Ponto - a I.P.5 Aveiro-Viseu-Vilar Formoso - Foi expresso por alguns elementos o receio de que no avanço das obras esteja a ser privilegiada a ligação Viseu - Porto de Aveiro.

Este receio é infundado porque as obras da I.P.5 estão todas em curso ou já adjudicadas, caso o lanço Aveiro-Albergaria incluindo o reforço do pavimento do troço entre o Canal das Pirâmides e a Ponte da Barra, enquanto que as obras da I.P.3 previstas executar ainda não se iniciaram; 2º Ponto - Estrada Nacional 109 - beneficiação entre Aveiro e Vagos - efectivamente esta obra esteve prevista no PIDAC - 1987, mas porque o projecto teve que ser remodelado e por falta de disponibilidade dos serviços da Junta Autónoma das Estradas, o respectivo concurso foi adiado para o primeiro trimestre do ano corrente, mais propriamente para o dia 22 de Março; 3º Ponto - acesso rodoviário ao Porto de Aveiro

Therese

- Trata-se do I.P.5 - lanço Aveiro - Albergaria, cujo processo não se encontra suspenso como foi afirmado. Com efeito, embora estejam a ser elaborados estudos do impacto ambiental comparativos das diferentes soluções propostas para o troço inicial de quatro quilómetros, entre o Canal das pirâmides e Esgueira, a obra já foi adjudicada e consignada parcialmente nos restantes doze quilómetros. O problema do meio ambiente foi levantado, o Governo está preocupado em resolvê-lo porque as condições de vida e meio ambiente são para nós problemas bastante importantes; 4º Ponto - Nó Central de acesso a Aveiro - A Câmara Municipal foi informada, através do ofício 2012 de 31.8.87 da aprovação do ante-projecto do nó-central e de que a construção do mesmo iria ser incluída na obra da Estrada Nacional 235 Aveiro - Mamodeiro; 5º Ponto - Estrada Nacional 235 - Aveiro - Mamodeiro - é referida também a falta de informação sobre este processo, o que não é verdade. Com efeito, desde o principio da elaboração deste projecto foi contactada a Câmara Municipal com a qual se efectuaram várias reuniões para se acordar a melhor solução para o traçado, quais os cruzamentos a prever e os caminhos interceptados a restabelecer. Nestas reuniões além dos técnicos da Autarquia esteve sempre presente o Senhor Presidente da Câmara que também manteve inúmeros contactos com a Junta Autónoma das Estradas nos quais era sempre informado dos últimos elementos existentes sobre o processo. Relativamente ao lançamento da empreitada estão em curso as respectivas expropriações não tendo sido possível ainda a abertura do concurso porque o ante-projecto do nó-central fornecido pela Câmara Municipal de Aveiro não apresentava o desenvolvimento mínimo para o efeito; Ponto nº6 - A I.P.5 - Albergaria-a-Velha - Viseu e relativamente ao troço recentemente aberto ao tráfego entre a estrada de Albergaria e a estrada Nacional nº 1, foi afirmado que mais parece uma viela. Queríamos lembrar aqui que se trata de uma estrada de montanha e estas afirmações são descabidas visto que o perfil transversal-tipo desta estrada tem uma faixa de rodagem de sete metros de largura, bermas de dois metros e meio pavimentadas e nos traineis de maior inclinação uma via suplementar com três metros de largura e a velocidade do projecto adoptada foi de 80 Km/hora; 7º Ponto - Estrada Nacional 16 - Variante do Sobreiro - Relativamente ao corte desta variante motivado pela construção do I.P.5, o assunto foi já objecto de Despacho superior tendo sido determinado executar ligações directas da variante ao I.P.5 no âmbito da empreitada em curso, Aveiro - Albergaria".

No seguimento das informações acabadas de prestar, tomou a palavra o Presidente da Câmara para proceder a algumas correcções, começando por referir que todas as questões abordadas tinham sido informadas nesta Assembleia atempadamente. Quanto ao acesso central deu nota de que ainda não foi lançado o concurso nem o ante-projecto que foi oferecido pela Câmara e encontra-se em apreciação no Gabinete de Estudos e Projectos da Junta Autónoma de Estradas continuando sem andamento o que não invalida que o Gabinete de Estudos e Planeamento

Ferreira 280

tenha informado o Gabinete de Construção que poderia lançar o concurso da Variante à E.N. 235 com a fase de ante-projecto tomando como base os nós da Auto-Estrada e de algumas vias nacionais e embora aquele ante-projecto não tivesse uma estimativa rigorosa de custos seria equiparada a uma obra semelhante lançada no País orçada em cerca de 100 000 contos, valor que se constituiria em estimativa de custo da variante à E.N. 235.

Quanto à problemática dos caminhos de Aradas, abordada em várias reuniões, não é verdade que o seu estudo tenha sido entregue à Câmara porque, só depois de se ter alertado para os variadíssimos problemas que iriam surgir nas freguesias de Aradas, S. Bernardo e Nossa Senhora de Fátima, é que obteve pessoalmente uma cópia do estudo.

Relativamente à I.P.5, deu nota de que a informação que prestou sobre o seu traçado final de que está por definir por uma questão ambiental, ecológica levantada por Aveiro, informação confirmada pela vogal Maria Antónia Pinho e Melo. Contudo, deu nota de que no concelho de Aveiro não foi feita qualquer consignação admitindo porém que já tenha sido feita no concelho de Albergaria, tendo a vogal Maria Antónia Pinho e Melo referido que na sua informação deu nota de que faltava proceder à consignação dos últimos quatro quilómetros por força dos problemas ambientais levantados e que se encontram em estudo, garantindo que todas as informações que prestou estão correctas.

Tomando de seguida a palavra, o vogal Carlos Jerónimo manifestou as dificuldades encontradas sempre que se aprecia este Objectivo, nomeadamente o seu programa inerente à rede viária e sinalização, porquanto as designações dos projectos não têm correspondência de um Plano para o outro, dificuldades que se agravam pelo desconhecimento do concelho, apesar de estar prevista mas não concretizada uma visita desta Assembleia ao concelho de Aveiro para se inteirar das realidades. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos quanto às percentagens de realização deste programa no ano de 1987 e que quantidade de obras terão transitado para o ano de 1988. Como sugestão, referiu que deveria a Câmara rever melhor as formas de designação dos respectivos projectos de cada programa de Plano para Plano.

Em conclusão, reportou-se aos trabalhos de pavimentação levados a cabo nas ruas da Cidade, tarefa de louvar, mas que, por motivos desconhecidos, apresentam já algum estado de degradação, o que se lamenta tanto mais que foram feitos investimentos de alguns milhares de contos. Perguntou se tais situações são já do conhecimento da Câmara e o que pensa fazer para alterar aquelas situações.

O vogal António Norberto Correia tomou a palavra para dar nota do mau estado de conservação das ruas da Freguesia de Santa Joana, situação do desagrado de todos pelo que, depois da compreensão e contenção evidenciadas

Shelley

no ano findo, solicitou o empenhamento da Câmara no sentido de fazer cumprir o que prometeu no decurso do ano findo, se possível executando um pouco mais de pavimentações do que as previstas em Plano porque o descontentamento é generalizado e justo até.

O vogal Armando Vieira tomou a palavra para se reportar ao traçado da nova variante à E.N. 235 e 335 e aos problemas que virá criar nas freguesias de Aradas e Nossa Senhora de Fátima, estando contudo ausentes quaisquer referências dos problemas que igualmente serão criados à Freguesia de Oliveirinha factos que o levam a alertar a Câmara para que, sempre que lhe fosse possível, fizesse menção daqueles factos que bastantes preocupações causam aos cidadãos daquela freguesia já que são efectuados cortes em duas artérias daquela zona muito importantes, para as ligações entre as várias localidades da freguesia. Solicitou pois a colaboração da Câmara em apoio das acções já encetadas por força de deliberações tomadas pela Assembleia de Freguesia de Oliveirinha reunida em sessão específica.

Também usou da palavra o vogal Rocha Andrade para se pronunciar sobre a temática da rede viária, nomeadamente sobre a necessidade de que se reveste a conclusão das obras de execução da passagem superior da Avenida 25 de Abril conclusão que, dada a irreversibilidade, se pretende pelo menos de boa qualidade. Também salientou que a execução da Avenida Central cada vez mais se torna irreversível no aspecto de poder e ter que vir a funcionar como alternativa válida de trânsito à Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

No âmbito da temática do ordenamento do estacionamento, pese embora reconheça como boas as intenções da Câmara, pensa que a sinalização ordenada nos pavimentos contribuiria para um melhor aproveitamento dos espaços, sugerindo portanto que a Câmara, dados os custos reduzidos da operação, poderia e deveria implementar tal sistema com algumas regras punitivas para os não cumpridores. Outra medida que entende deveria ser tomada tem a ver com a aplicação de parcometros e com a definição de regras para a problemática das descargas e cargas, nomeadamente na Avenida Dr. Lourenço Peixinho e na Rua Dr. Alberto Souto.

A concluir salientou que não poderia deixar de registar o confronto informativo ocorrido nesta Assembleia entre o Poder Local e o Poder Central, sobre o que teceu algumas considerações e concluiu que da conjugação dos poderes até poderão resultar boas situações para Aveiro, tendo a vogal Maria Antónia Pinho e Melo esclarecido que com as suas informações pretendia fazer correcções de afirmações feitas nesta Assembleia reproduzidas na imprensa.

O Primeiro Secretário António dos Santos Costa, tomou a palavra para manifestar as suas preocupações por força das afirmações feitas sobre informações falsas prestadas nesta Assembleia, facto de que nunca se apercebeu, pois a serverdade, torna-se bastante perigoso e lamentável que se façam.

Alcides
Supra
11.

O vogal Rogério Leitão no uso da palavra, considera que as considerações tecidas pelo vogal Rocha Andrade depreende-se precisamente que o problema do trânsito na cidade é bastante importante que deve preocupar uma entidade especificamente vocacionada para esse efeito, preocupações que denotam efectivamente que alguma coisa estará por fazer, acrescentando que no estudo que se deverá fazer terão que ser analisadas todas as questões relacionadas com o trânsito na auto-estrada, com o estacionamento nos pontos mais estratégicos da Cidade. Para o efeito, referiu que será imprescindível a criação de um organismo específico.

Solicitou de seguida esclarecimentos sobre o projecto referente ao Centro Coordenador de Transportes e apresentou recomendação para que fossem tomadas as medidas necessárias, para evitar que junto do nó-sul ocorram, situações acidentais fatais, talvez por deficiente iluminação e sinalização, de ficiências que os técnicos saberão naturalmente resolver.

Também solicitou esclarecimentos o vogal Manuel Tavares Duarte, nomeadamente sobre as alternativas de trânsito que serão criadas face ao corte do acesso à povoação de Mataduços no acesso inferior à ponte do caminho de ferro sita na Ribeira de Esgueira.

Tomou de seguida a palavra o Vereador Eng^o Vítor Silva para prestar alguns esclarecimentos começando por informar que a Câmara procedeu à apresentação da solução alternativa para o acesso a Mataduços por força das obras da I.P.5 no troço que liga ao Porto de Aveiro. Deu também nota de que se encontra em fase de projecto as soluções para os problemas existentes no nó-sul. Quanto à problemática da sinalética da cidade informou que foi já adjudicada a uma empresa da cidade a execução do respectivo estudo, acrescentando que o estudo de reconversão prevê a aplicação de parcometros e outro tipo de sinalização que possa regularizar, de uma forma mais vincada a circulação naquela Avenida e nas vias paralelas.

Deu de seguida nota de que se prevê a realização de uma reunião com a Junta Autónoma de Estradas para análise de todos os problemas resultantes da construção da variante às E.N. 235 e 335, convidando a estar presente na mesma o vogal Armando Vieira para que seja porta-voz dos problemas que afectarão a freguesia de Oliveirinha, até agora desconhecidas.

Após breve troca de impressões foi o Objectivo 09 - Comunicação e Transportes submetido à votação tendo merecido aprovação por vinte votos a favor e quatro abstenções e um contra.

O vogal Gaspar Fernandes fez a seguinte declaração de voto: "Votei contra porque os projectos nºs 9, 10 e 11 já constavam do Plano de Actividades do ano de 1987..."

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa submeteu à

